

DESIGUALDADES SOCIAIS NO SEMIÁRIDO E A NOVA ECONOMIA

ERLENE PEREIRA BARBOSA¹; RODRIGO CANTU DE SOUZA²

¹Universidade Federal de Pelotas – e-mail: erlene2013@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – e-mail: rodrigo.cantu@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O Nordeste é a região brasileira com o maior número de pobres (SILVA, 2016). Esta afirmação demonstra um dos problemas que afeta a região e leva a refletir sobre a desigualdade entre as regiões brasileiras. Apesar de ser visto como um único espaço geográfico, a região Nordeste é bastante diversa, possuindo, tal como outras regiões brasileiras uma série de contradições. Dentro desse contexto podemos elencar, por exemplo, a já clássica separação entre o Nordeste úmido e o Nordeste seco, constituído pelo Semiárido. Este possui cerca de 21 milhões de habitantes distribuídos por mais de 900 mil quilômetros quadrados (SILVA, 2016). Um território extenso, habitado por uma população considerável, que demanda a formulação de políticas públicas capazes de dialogar com a complexidade da região.

As regiões brasileiras apresentam diferentes níveis de desenvolvimento. Assim, há regiões de capitalismo avançado, bem como outras onde este ainda não assumiu o mesmo grau de dinamismo. Por isso existem pressões do sistema capitalista para avançar sobre estas regiões, em seu ímpeto constante por mais valor, entendendo que as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas estabelecem relações onde “as regiões mais desenvolvidas extraem para si um dinamismo ainda maior, reduzindo como contrapartida o dinamismo das regiões menos desenvolvidas” (SAVIANI, 2013, p. 91), o que por si só aprofunda a desigualdade regional.

Souza e Medeiros (2017) apontam que nos últimos anos, o Brasil vinha conseguindo diminuir seus níveis extremos de desigualdade. Tanto a desigualdade regional, quanto as sociais, apresentaram diminuição por meio de políticas que alavancaram um verdadeiro ciclo de crescimento pró-pobre. Esse ciclo beneficiou o Semiárido, bem como o Nordeste como um todo, além de outras regiões brasileiras. No entanto, ainda de acordo com Souza e Medeiros (2017) essa tendência não foi suficiente para diminuir o abismo entre ricos e pobres, por exemplo, além de ter sido efêmera e, ainda, menos expressiva do que se pensava.

Nas últimas décadas do século XX, na tentativa de construir uma nova identidade para o semiárido, buscou-se atrair novos elementos para o território, que atendessem os preceitos do sistema capitalista, entendendo que apenas a submissão à lógica do capital poderia trazer a modernidade e o progresso necessários ao território ao tempo em que poderia dar aos mais pobres o acesso ao consumo, identificando este com cidadania e promoção de igualdade social.

O presente estudo constitui parte da revisão de literatura a integrar a dissertação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPEL, que busca analisar o desenvolvimento do Semiárido.

2. METODOLOGIA

Para realização do presente trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que pudesse abordar tanto as especificidades do Semiárido, quanto as questões

sobre o desenvolvimento sustentável da região, focando nas novas relações de trabalho que o avanço das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação estão trazendo para o território.

Dessa forma, tem-se o levantamento de importantes referências sobre o tema que poderão ser utilizados no escopo da pesquisa que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia sobre o semiárido, reforçando os meios disponíveis ao pesquisador para trabalhar as informações sobre o tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Isso apenas demonstra que apesar de o capitalismo se erigir sobre a suposição de que os trabalhadores são livres e iguais (FRAZER; JAEGGI, 2020), na verdade, o sistema capitalista se realiza por meio da exploração das desigualdades que ele mesmo cria entre os trabalhadores. Assim, aproveitam-se da desigualdade regional e dos problemas dela decorrente para ampliar seus ganhos. Tal como observou Mazzucatto (2019), joga-se os estados uns contra os outros, na busca pela extração de mais valor. É preciso entender que “jogar os estados e países uns contra os outros com certeza não é a maneira de se criar uma economia inovadora ou alcançar um crescimento que seja inclusivo, que beneficie uma ampla parcela da população, e não apenas aqueles mais preparados para “ludibriar” o sistema” (MAZZUCATO, 2019, p.25).

Enquanto os trabalhadores do interior semiárido estão livres do acesso aos meios de subsistência e produção, devendo trabalhar por valores mais baixos do que os ofertados a trabalhadores de outras regiões, caso desejem obter os meios de vida necessários a si e a suas famílias, os trabalhadores de onde as fábricas vieram, têm a liberdade de ficarem desempregados, já que seus empregos se foram junto com a planta industrial transferida para o Nordeste. De certa forma isso pode ajudar a explicar a persistente concentração de renda no topo, constatada por Souza e Medeiros (2017), uma vez que os donos e acionistas das indústrias continuam sendo os mesmos, esteja a planta da fábrica onde estiver, conseguindo inclusive ampliar a extração de valor, por meio de baixos salários, como visto anteriormente, enquanto, os trabalhadores nem sequer mantêm seus ganhos.

A proletarianização das populações nordestinas é um processo que “envolve um conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas da parte dos que são proletarizados” (HARVEY, 2005, p. 122). No entanto é cada vez mais comum uma superexploração ligada às novas formas de relações de trabalho ligadas à nova economia digital (GARCIA-PARPERT; BEVILAQUA 2020).

Mesmo atrasado em relação às regiões de capitalismo mais avançado, o Semiárido vivencia, em termos de educação, a mesmas condições dos demais trabalhadores onde “a contínua ampliação da exploração dos trabalhadores, a precarização das relações de trabalho e a diminuição, por conta do avanço da informática, dos conhecimentos necessários para operar os meios de produção resultaram em relegar a educação em simples capacitação do trabalhador” (SILVA; MACIEL; SOUZA, 2019, p. 153). Por isso,

A desigual repartição do risco de automação só faz reforçar a importância das políticas visando preparar os trabalhadores para satisfazer as novas exigências do mercado de trabalho. Nesse contexto, a formação dos adultos é um instrumento primordial para permitir aos trabalhadores atingidos pelo progresso tecnológico de reconverterem-se ou de melhorar suas qualificações (GARCIA-PARPERT; BEVILAQUA, 2020, p.113).

Neste cenário o Semiárido começa a receber as chamadas plataformas de serviço on-line, nestas “produtos e serviços são propostos simultaneamente para duas categorias de utilizadores, nas duas vertentes, por meio de uma plataforma acessível via um computador, uma smartphone ou um tablete” (GARCIA-PARPERT; BEVILAQUA, 2020, p. 114). Essas categorias seriam a dos consumidores, que se beneficiam do acesso aos serviços, muitas vezes a um custo mais baixo, enquanto do outro lado estão os agentes econômicos, que vão de empresas, a trabalhadores autônomos que se inscrevem nas plataformas para a prestação de serviço a exemplo do Ifood ou da Uber. Este trabalhador “age como se ele fosse independente e o conjunto de condições (remuneração, condições de trabalho, propriedade intelectual) é via de regra determinada pela plataforma” (GARCIA-PARPERT; BEVILAQUA, 2020, p.126). Analisando o caso do Uber, hoje presente em diversas cidades do semiárido e visto como uma oportunidade de renda para milhares de trabalhadores, Garcia-Parpert e Bevilaqua (2020) deixam claro que existem muitas contradições, uma vez que para muitos, o trabalhador da Uber (e, por que não dizer, de outros aplicativos), não seria exatamente um trabalhador autônomo,

(...) aquele que está livre de subordinação direta ao contratante e dispõe livremente dos ganhos, possuindo liberdade de organização e venda do próprio trabalho. Os autores argumentam que a característica de subordinação é muitas vezes mascarada pelos aplicativos e algoritmos, mas que, na situação fática, implicam subordinação real. O argumento é de que os motoristas, para ganharem salários justos, precisam se sujeitar a jornadas exaustivas de trabalho, não podem escolher quando pegar corridas, por conta de controles do aplicativo e não sabem quanto estão ganhando, pois, os preços são fixados pelo aplicativo sem conhecimento ou controle deles (GARCIA-PARPERT; BEVILAQUA, 2020, p.134).

Apesar das mudanças descritas e com a firme presença das relações capitalistas no território, o Nordeste “continua a desafiar o Brasil ao se manter o grande hiato existente entre seus padrões de vida e os do Sudeste, Sul e Centro-Oeste” (ARAÚJO, 2009, p. 40). A elite, e não o conjunto da população, se apropria dos investimentos públicos e privados, confirmando que o crescimento econômico observado na região, “funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem o seu afã de modernização” (FURTADO, 2009, p. 26). E isso contribui para a manutenção da concentração de renda no topo, no Brasil, em níveis bem mais altos do que a média internacional (SOUZA; MEDEIROS, 2017).

4. CONCLUSÕES

Diante do que foi colocado neste trabalho, faz-se necessário aprofundar os estudos e análises acerca da produção e apropriação de valor no Semiárido, bem como sobre a concentração e distribuição de renda no território se o que se deseja é entender a dinâmica do desenvolvimento da região.

Além disso, os impactos da Nova Economia, com a chegada de modelos de trabalho baseados em aplicativos, na automação das fábricas e da mecanização da agricultura, indicam a necessidade de se discutir mais a Economia Digital na região, seus impactos sobre o trabalhador e sobre os saberes tradicionais do território.

Incluir o Semiárido à dinâmica econômica nacional deve ser realizado refletindo sobre o quanto se faz necessário não apenas diminuir as desigualdades regionais e sociais, mas também proporcionando o acesso, não só ao consumo, mas a verdadeira cidadania, a possibilidade de realizar escolhas, como aponta Sen

(2010), que considera essa liberdade de escolhas enquanto propulsora do desenvolvimento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Desenvolvimento regional do Brasil. In: **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Públicas para o desenvolvimento; Banco do Nordeste, 2009.

FRAZER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

FURTADO, Celso. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. In: **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Públicas para o desenvolvimento / Banco do Nordeste, 2009.

GARCIA-PARPERT, Marie France; BEVILAQUA Camila. As novas economias digitais: impacto sobre o trabalho e GIG economy: resenha bibliográfica e questões a respeito no Brasil. **Estudos e Perspectivas para o futuro do trabalho**, v. 1, n. 1, set. 2020. In: <https://acervodigital.sistemaindustria.org.br/handle/uniepro/281>

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

MAZZUCATO, Mariana. **O valor de tudo. Fazer e tirar na economia global**. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2019. Introdução.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Wagner Pires; MACIEL, Paulo Herinque Freitas; SOUZA, Ana Carmita Bezerra. Educação e trabalho em tempos de precarização. In: **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n.1, p. 153-161, abr. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/27688>. Acessado em 01/07/2022.

SILVA, Wagner Pires da. **As ações de extensão na construção de uma universidade sertaneja**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SOUZA, P. H. G.; MEDEIROS, M. “The Concentration of Income at the Top in Brazil, 2006-2014”. **Working Paper**, n. 163. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), 2017. In: http://ipcig.org/publication/28409?language_content_entity=en . Acesso em 01/08/2022.